

STJ00114693

COORDENADOR

HUMBERTO MARTINS

O PODER JUDICIÁRIO E O DIREITO NA ATUALIDADE

ESTUDOS EM HOMENAGEM AOS 200 ANOS DE
INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

Londrina/PR
2022


THOTH
EDITORA

**Dados Internacionais de Catalogação na
Publicação (CIP)**



© Direitos de Publicação Editora Thoth.
Londrina/PR.

www.editorathoth.com.br

contato@editorathoth.com.br

P742 O poder judiciário e o direito na atualidade: estudos em homenagem aos 200 anos de Independência do Brasil / coordenador Humberto Martins. – Londrina, PR: Thoth, 2022.

436 p.

Inclui bibliografias.

ISBN 978-65-5959-317-0

1. Poder judiciário – Brasil. 2. Brasil - História - Independência, 1822. I. Martins, Humberto.

CDD 347.81012

**Ficha Catalográfica elaborada pela bibliotecária
Rafaela Ghacham Desiderato**

CRB 14/1437

Índices para catálogo sistemático

1. Poder judiciário – Brasil : 347.81012

1223053

Diagramação e Capa: Editora Thoth

Revisão: os autores

Editor chefe: Bruno Fuga

Coordenador de Produção Editorial: Thiago Caversan Antunes

Diretor de Operações de Conteúdo: Arthur Bezerra de Souza Junior

Conselho Editorial (Gestão 2022)

Prof. Dr. Anderson de Azevedo • Me. Aniele Pissinati • Prof. Dr. Antônio Pereira Gaio Júnior • Prof. Dr. Arthur Bezerra de Souza Junior • Prof. Dr. Bruno Augusto Sampaio Fuga • Prof. Me. Daniel Colnago Rodrigues • Prof. Dr. Flávio Tartuce • Me. Gabriela Amorim Paviani • Prof. Dr. Guilherme Wünsch • Prof. Me. Júlio Alves Caixêta Júnior • Prof. Esp. Marcelo Pichioli da Silveira • Esp. Rafaela Ghacham Desiderato • Prof^ª. Dr. Rita de Cássia R. Tarifa Espolador • Prof. Dr. Thiago Caversan Antunes

Proibida a reprodução parcial ou total desta obra sem autorização. A violação dos Direitos Autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98.

Todos os direitos desta edição são reservados pela Editora Thoth. A Editora Thoth não se responsabiliza pelas opiniões emitidas nesta obra por seu autor.

SUMÁRIO

COORDENADOR.....	9
AUTORES.....	11
APRESENTAÇÃO.....	19
PREFÁCIO	21

CAPÍTULO 1

Alexandre Veronese

Sergio Maia Tavares Marques

A INFLUÊNCIA DA DOCTRINA E DO TEXTO CONSTITUCIONAL DE PORTUGAL EM ACÓRDÃOS DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL DO BRASIL.....	37
---	----

Introdução.....	37
-----------------	----

1 Teoria.....	39
---------------	----

2 A Influência portuguesa na doutrina e no texto constitucional brasileiro.....	42
---	----

3 Pesquisa na base de dados do Supremo Tribunal Federal (Brasil).....	45
---	----

3.1 Busca de autores portugueses selecionados.....	46
--	----

3.2 Busca de termos da constituição da república portuguesa e Tribunal Constitucional de Portugal.....	56
--	----

Conclusão.....	58
----------------	----

Referências.....	59
------------------	----

Referências bibliográficas.....	59
---------------------------------	----

Casos judiciais citados.....	62
------------------------------	----

CAPÍTULO 2

Antônio Herman Benjamin

DOCTRINA E PARECER CONTENCIOSO REMUNERADO: A DEFORMAÇÃO DO DISCURSO JURÍDICO NO BRASIL.....	65
---	----

Introdução.....	65
1 Doutrina e fontes do Direito.....	66
2 Distinção entre doutrina e parecer jurídico contencioso.....	68
2.1 Sentido da crítica	68
2.2 Faroeste do discurso jurídico.....	69
2.3 Abuso do parecer	71
2.4 Isonomia processual	71
3 Parecer contencioso não é doutrina: duplo silêncio da legislação e da academia	72
Conclusão.....	76
Referências	77

CAPÍTULO 3

Benedito Gonçalves

O ENFRENTAMENTO DA DESIGUALDADE RACIAL: CONTRIBUIÇÕES E DESAFIOS DA JUSTIÇA BRASILEIRA.....	79
Referências	85

CAPÍTULO 4

Bruno Bianco Leal

Claudio Xavier Seefelder Filho

UMA NOVA CONCEPÇÃO DE ADVOCACIA PÚBLICA	87
Introdução	88
1 Os métodos adequados de solução de conflitos (MASC).....	90
1.1 Da Mediação e da Conciliação	90
1.2 Da Arbitragem.....	91
1.3 Da transação	94
1.4 Do negócio jurídico processual	96
Conclusão	97

CAPÍTULO 5

Bruno Dantas

João Victor Prasser

MODULAÇÃO DE EFEITOS BRASILEIRA NA PRÁTICA PROCESSUAL CONSTITUCIONAL.....	99
---	----

Introdução.....	99
1 A modulação de efeitos na prática processual constitucional.....	102
2 Aspectos procedimentais da modulação contemporânea	105
2.1 Quórum	105
2.2 Postulação e veículo de apreciação	109
2.3 Quem pode modular?	112
Conclusão.....	114
Referências	115

CAPÍTULO 6

Daniel Carnio Costa

O SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA E OS JULGAMENTOS DE CONFLITOS DE COMPETÊNCIA ENTRE JUÍZOS DE INSOLVÊNCIA E JUÍZOS CÍVEIS E FISCAIS. QUAL O MELHOR TRATAMENTO DA NOVA COOPERAÇÃO JURISDICIONAL PREVISTA NO ART. 6º, PARÁGRAFOS 7-A E 7-B, DA LEI N. 11.101/05?.....	117
---	-----

CAPÍTULO 7

Eduardo André Brandão de Brito Fernandes

A MINI REFORMA ANTES DA REFORMA DA PREVIDÊNCIA	125
1 Auxílio-acidente não mantém mais a qualidade de segurado.....	126
2 Da prova tarifada para dependência econômica e união estável.....	128
3 Proibição da inscrição de segurado facultativo ou contribuinte individual post mortem	130
4 Carência para salário maternidade e auxílio-reclusão	131
5 Recuperação da carência	132
6 A nova forma de cálculo das atividades concomitantes	132
7 Suspensão e cancelamento do auxílio por incapacidade temporária do segurado preso.....	133
8 Salário maternidade da segurada desempregada	134
9 Novo termo inicial da pensão por morte.....	135
10 Rateio entre dependentes	135
11 Pensão por morte em alimentos temporários	136
Conclusões	137

CAPÍTULO 8**Emmanoel Pereira**

JUSTIÇA DO TRABALHO E CIDADANIA : A ATUAÇÃO DA JUSTIÇA SOCIAL EM PROL DA DEMOCRACIA	139
Introdução	139
1 Justiça do Trabalho no Brasil – história e evolução.....	140
2 A Justiça do Trabalho em seus 80 anos.....	143
3 Tribunal Superior do Trabalho – o Tribunal da Justiça Social	144
4 Tecnologia e modernização do judiciário trabalhista	146
5 Produtividade na Justiça do Trabalho.....	148
Conclusão	149
Referências	150

CAPÍTULO 9**Fátima Nancy Andrighi**

A FERRAMENTA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL: SUSTENTABILIDADE TECNOLÓGICA E POPULARIZAÇÃO DOS CONHECIMENTOS DOS LIMITES DE IMPLANTAÇÃO	153
Introdução	153
1 Sustentabilidade tecnológica	156
2 Sustentabilidade tecnológica e dignidade da pessoa humana.....	157
3 A inteligência artificial e o Poder Judiciário.....	159
Considerações finais	164
Referências	166

CAPÍTULO 10**Felipe Sarmiento**

O PAPEL DA ADVOCACIA E DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL E OS DESAFIOS DA JUSTIÇA.....	169
Referências	176

CAPÍTULO 11**Felipe Sarmento****Luiz Cláudio Allemand**

A ARBITRAGEM TRIBUTÁRIA E A IMPORTÂNCIA DA ARBITRAGEM NA GOVERNANÇA CORPORATIVA – PROPOSTAS E PERSPECTIVAS.....177

Introdução.....177

1 Histórico da arbitragem.....178

2 A arbitragem e a tributação.....179

3 Arbitragem e governança corporativa.....182

Conclusão.....183

Referências.....184

CAPÍTULO 12**Fernanda Marinela**

REFLEXÕES SOBRE O INSTITUTO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE NA LEI DE IMPROBIDADE: ASPECTOS DA (IR)RETROATIVIDADE EM FACE DO DIREITO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR.....185

Considerações iniciais sobre o instituto da prescrição no direito administrativo.....185

1 A prescrição intercorrente nas ações de improbidade administrativa a retroatividade em face do direito administrativo sancionador.....188

Reflexões finais.....193

Referências.....193

CAPÍTULO 13**Humberto Martins**

O SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA E SUA IMPORTÂNCIA PARA A CONSOLIDAÇÃO DO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO.....195

Introdução: um órgão judicial nacional para a federação.....195

1 A criação do STJ e suas raízes históricas e dogmáticas.....196

2 A renovação constante e a Emenda Constitucional n. 45/2004.....198

Conclusão: a Proposta de Emenda Constitucional.....200

Referências.....202

CAPÍTULO 14**Jorge Mussi**

PROTEÇÃO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E A JURISPRUDÊNCIA DO STJ: A TÉCNICA DO DEPOIMENTO ESPECIAL NA BUSCA DA VERDADE REAL.....	205
1 Histórico e evolução do depoimento especial no Brasil.....	205
2 Bases de justificação e finalidade.....	209
3 Impacto prático.....	210
4 Procedimento	211
5 O depoimento sem dano na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça	213
Considerações finais	215
Referências	215

CAPÍTULO 15**José Alberto Simonetti**

A NOVA ERA DAS PRERROGATIVAS DA ADVOCACIA BRASILEIRA	217
Introdução.....	217
1 Prerrogativas da advocacia e acesso à justiça.....	218
2 Advocacia como atividade cidadã	223
3 A atuação do Tribunal da Cidadania na defesa das prerrogativas da advocacia.....	226
Considerações Finais	227
Referências bibliográficas.....	228

CAPÍTULO 16**José Antonio Dias Toffoli**

LEOPOLDINA: A MULHER QUE DECRETOU A INDEPENDÊNCIA DO BRASIL	231
---	-----

CAPÍTULO 17**Luiz Alberto Gurgel de Faria****Rodrigo Maia da Fonte**

EXTINÇÃO DE PUNIBILIDADE PELO PAGAMENTO DO TRIBUTO: BREVES CONSIDERAÇÕES CRÍTICAS	237
Introdução.....	237

1 Extinção de punibilidade pelo pagamento do tributo.....	238
2 Proteção à ordem tributária.....	241
3 Apontamentos críticos.....	243
Considerações finais	245
Referências	245

CAPÍTULO 18

Luiz Antonio Colussi

Luciana Paula Conforti

BICENTENÁRIO DA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL E DESAFIOS INSTITUCIONAIS E SOCIAIS DO PODER JUDICIÁRIO PARA A GARANTIA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS E HUMANOS	247
Referências	253

CAPÍTULO 19

Luiz Edson Fachin

HORIZONTES DA DEMOCRACIA: REFLEXÕES SOBRE O PAPEL DA JUSTIÇA ELEITORAL NO MARCO DO BICENTENÁRIO DA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL	255
Introdução	255
1 Histórico da Justiça Eleitoral e a democracia no Brasil.....	259
2 Palavras finais: a Justiça Eleitoral e os horizontes democráticos no Brasil.....	262
Referências	264

CAPÍTULO 20

Luis Felipe Salomão

AS FUNÇÕES E OS DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA	267
Introdução	267
1 As funções e competências do Superior Tribunal de Justiça	269
2 Precedentes relevantes	272
3 Novos horizontes com a questão da relevância para o recurso especial	275
Conclusão.....	275
Referências	275

CAPÍTULO 21**Luiz Fux****Abhner Youssif Mota Arabi**

CONSTITUIÇÃO, LIBERDADE E INOVAÇÃO: CONTRIBUIÇÕES PARA A EVOLUÇÃO TECNOLÓGICA DA INDEPENDÊNCIA	277
Introdução.....	277
1 O Caso Uber: a inconstitucionalidade material da proibição dos aplicativos de transporte individual de passageiros	279
Conclusão	284
Referências	286

CAPÍTULO 22**Marcio Luiz Coelho de Freitas****Jadson Santana de Sousa**

JUDICIÁRIO, ACESSO À JUSTIÇA E NOVAS TECNOLOGIAS: ENTRE POTENCIALIDADES E RISCOS	287
Referências	296

CAPÍTULO 23**Marco Aurélio Gastaldi Buzzi****Luiz Felipe Siegert Schuch**

ACESSO À JUSTIÇA E GESTÃO PROCESSUAL EFICIENTE: DESAFIOS DA CORTE DA CIDADANIA EM UMA ALDEIA GLOBALE TRANSNACIONAL.....	299
Introdução.....	299
1 Acesso à justiça: breves delimitações conceituais	302
2 Gestão processual eficiente: desafios do sistema judicial e da corte da cidadania.....	305
Considerações finais	310
Referências	311

CAPÍTULO 24**Marcus Vinicius Furtado Coêlho**

A ADVOCACIA E O ACESSO À JUSTIÇA PARA ALÉM DOS PROCESSOS JUDICIAIS	315
Introdução	315
1 O acesso à justiça, o sistema multiportas e a advocacia.....	316

2 Aspectos jurídicos, vantagens e desvantagens da arbitragem	319
3 Mediação, conciliação e fraternidade	322
Conclusão.....	324
Referências	326

CAPÍTULO 25

Mário Goulart Maia

A FALTA DE JUSTA CAUSA NA AÇÃO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA ACARRETA A REJEIÇÃO LIMINAR DA PETIÇÃO INICIAL PRIMAZIA DA GARANTIA CONSTITUCIONAL DE PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA	327
Referências	338

CAPÍTULO 26

Otávio Luiz Rodrigues Jr.

ARBITRAGEM NO BRASIL: EVOLUÇÃO HISTÓRICA E PERSPECTIVAS COMPARADAS (BRASIL, INGLATERRA, ITÁLIA E FRANÇA)	341
Introdução.....	341
1 Alguns elementos da evolução histórica da arbitragem no Brasil	342
1.1 Panorama da arbitragem no século XIX	342
1.2 Panorama da arbitragem no século XX.....	344
1.3 A Lei de Arbitragem e seu impacto sobre o instituto	347
2 Breve notícia sobre a arbitragem em três experiências estrangeiras (Inglaterra, Itália e França)	349
2.1 Introdução	349
2.2 Panorama do Direito inglês	350
2.3 Panorama do Direito italiano	352
2.4 Panorama do Direito francês.....	354
Conclusões	356
Referências	356

CAPÍTULO 27

Paulo Dias de Moura Ribeiro

AGREGAÇÃO E DESAGREGAÇÃO REGIONAIS: O FEDERALISMO BRASILEIRO	361
Introdução.....	361

1 Posição jurídica.....	362
2 Rumos do federalismo	364
3 A origem da federação americana	364
4 Jurisprudência selecionada sobre federalismo (STF E STJ).....	366
Conclusões	370
Bibliografia	370

CAPÍTULO 28

Reynaldo Soares da Fonseca

Arthur Pinheiro Chaves

JURISPRUDÊNCIA INTERAMERICANA – DIÁLOGOS JURISDICIONAIS..373

Introdução.....	373
1 Do Contexto latino-americano: violência, desigualdade e centralismo do poder político	374
2 Impacto transformador do Sistema Interamericano no contexto latino-americano..375	
3 Violações que refletem o legado do regime autoritário ditatorial	376
4 Violações que refletem questões da justiça de transição (<i>transitional justice</i>)	377
5 Violações que refletem desafios acerca do fortalecimento de instituições e da consolidação do Estado de Direito (<i>rule of law</i>)	379
6 Violações de direitos de grupos vulneráveis.....	379
7 Violações a direitos sociais	381
8 Violações a novos direitos da agenda contemporânea.....	383
9 Do crescimento da importância do Sistema interamericano mediante a efetividade do diálogo jurisdicional e crescente legitimação social	385
10 Apontamentos sobre o Precedente RHC n. 136.961/RJ.....	389
Conclusão: O Sistema Interamericano e a composição de um constitucionalismo regional transformador: potencialidades e desafios.....	393
Referências	396

CAPÍTULO 29

Ricardo Villas Bôas Cueva

CONTROLE DO ATIVISMO JUDICIAL POR MEIO DE LIMITES À DISCRICIONARIEDADE JUDICIAL?..... 397

Introdução.....	397
-----------------	-----

1 O novo papel dos juízes.....	398
2 Respostas brasileiras	401
Considerações finais	405
Referências bibliográficas.....	406

CAPÍTULO 30

Roberto Rosas

STJ – TRIBUNAL DE PRECEDENTES.....	409
------------------------------------	-----

CAPÍTULO 31

Rogério Schietti Cruz

A REPRESSÃO PENAL NO BRASIL: CÓDIGO DE 1830 AOS DIAS ATUAIS... 413	413
Considerações iniciais	413
1 O ocaso do modelo punitivo das ordenações	414
2 Código de 1830 e o estado policaiesco	415
3 Código penal de 1890.....	417
4 Breve análise comparativa entre os Códigos de 1830 e 1890.....	418
5 Código de 1940 e sua principal reforma	421
Considerações finais	423
Referências	425

CAPÍTULO 32

Renata Gil de Alcantara Videira

ENTRE 1824 E 1988: OS DESAFIOS E A EVOLUÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO EM TERMOS DE INDEPENDÊNCIA	427
Introdução.....	427
1 Independência do poder judiciário no período do primeiro reinado em contraste com o período da redemocratização de 1988	428
2 A utilização inadequada de emendas à constituição como forma de disciplinar matérias de iniciativa privativa do poder judiciário.....	431
Conclusão.....	436
Referências	436